



Políticas e desafios dos periódicos de artes cênicas no Brasil a partir da experiência da *Revista Brasileira de Estudos da Presença*: Henrique Rochelle entrevista Gilberto Icle

Policies and challenges of performing arts journals in Brazil from the experience of Revista Brasileira de Estudos da Presença: Henrique Rochelle interviews Gilberto Icle

Políticas y desafíos de las revistas de artes escénicas en Brasil a partir de la experiencia de la Revista Brasileira de Estudos da Presença: Henrique Rochelle entrevista a Gilberto Icle

Henrique Rochelle
Gilberto Icle

Henrique Rochelle

Doutor em Artes da Cena pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágios de Pós-Doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), onde foi Professor Colaborador do Departamento de Artes Cênicas. Mestrando em Economia e Política da Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), crítico de dança e editor da Revista Sala Preta e do site Outra Dança.

Gilberto Icle

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília (UnB). Bolsista de Produtividade 1D do CNPq. Ator e diretor do Grupo Usina do Trabalho do Ator. Editor-chefe da *Revista Brasileira de Estudos da Presença*.



Resumo

Em entrevista a Henrique Rochelle, membro do novo corpo editorial da *Revista Sala Preta*, Gilberto Icle, editor-chefe da *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, discute a revista, sua história, seus processos e fluxo editorial, e as políticas e perspectivas da área de Artes quanto à publicação e editoração de periódicos acadêmicos. Destacam-se a observação do processo de formação da *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, pensada a partir da consideração de critérios de indexadores internacionais; seu pioneirismo na publicação de artigos dentro de um fluxo de trabalho profissional; a atual estrutura de funcionamento e financiamento da revista; as etapas do fluxo editorial e sua assimilação pela comunidade acadêmica; o sistema de avaliação de periódicos, suas mudanças e impactos nas publicações; e, ainda, o caráter indutivo e performativo do papel das revistas acadêmicas em pesquisas da área.

Palavras-chave: Editoração, Periódicos, Qualis, *Revista Brasileira de Estudos da Presença*.

Abstract

In an interview with Henrique Rochelle, member of the new editorial board of *Revista Sala Preta*, Gilberto Icle, editor-in-chief of *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, discusses the journal, its history, processes and editorial flow, and the policies and perspectives of the Arts field regarding the publication and editing of academic journals. It highlights aspects of the journal's creation process, conceived based on international index criteria; its pioneering role in publishing articles within a professional workflow; the journal's current operational and funding structure; the stages of the editorial flow and its assimilation by the academic community; the evaluation system, its changes and impacts on publications; and the inductive and performative nature of the role academic journals play regarding research in Arts.

Keywords: Publishing, Journals, Qualis, *Revista Brasileira de Estudos da Presença*.

Resumen

En entrevista a Henrique Rochelle, miembro del nuevo equipo editorial de la *Revista Sala Preta*, Gilberto Icle, editor jefe de la *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, analiza la revista, su historia, sus procesos y flujo editorial, y las políticas y perspectivas para el área en cuanto a la publicación y edición de revistas académicas. La entrevista destaca aspectos del proceso de creación de la *Revista Brasileira de Estudos da Presença* partir de los criterios de indexadores internacionales; su papel pionero en la publicación de artículos dentro de un flujo de trabajo profesional; la estructura operativa y de financiación actual de la revista; las etapas del flujo editorial y su asimilación por la comunidad académica; el sistema de evaluación de revistas, sus cambios e impactos en las publicaciones; y también el carácter inductivo y performativo del papel que tienen las revistas académicas respecto a la investigación del área.

Palabras clave: Edición, Revistas, Qualis, *Revista Brasileira de Estudos da Presença*.

Henrique Rochelle (HR) – A *Revista Brasileira de Estudos da Presença* é uma publicação trimestral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem enorme reconhecimento, e a maior avaliação dentro da área de Artes Cênicas. Como ponto de partida para essa conversa, Gilberto, poderia contar sobre o surgimento da revista e a sua história profissional junto dela?

Gilberto Icle (GI) – A revista começou em 2011 e seu processo foi bem rápido. Eu já tinha experiência como editor, da época em que trabalhei na Fundação Municipal de Artes de Montenegro (Fundarte), logo depois de formado na Graduação. Trabalhei lá por 14 anos. Na minha gestão como diretor da fundação, tínhamos um jornal informativo, que transformei em uma revista acadêmica, ainda existente, e com uma boa classificação até hoje. Vindo para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir dessa experiência, fui convidado a ser editor associado da Revista Educação e Realidade (da Faculdade de Educação). Ali, passei pela transição do sistema de revistas em papel para as revistas online e acumulei muita experiência ao longo de oito anos, numa revista que recebia 800 artigos por ano, operando com uma grande equipe.

Em 2010, eu fiz uma pesquisa de pós-Doutorado na Universidade Paris 8. Esse era um momento em que a área das Artes Cênicas sentia a falta de revistas acadêmicas e, sobretudo, de um modelo de revista ligado à difusão de pesquisas originais. Já existiam várias revistas, porém, pautadas pelo modelo de livro, com editores funcionando como organizadores, muitas vezes operando por convites, sem avaliação por pares, sem revisão, e sem fluxo editorial. Propusemos, então, dois colegas, Celina Nunes de Alcântara (UFRGS) e Marcelo de Andrade Pereira (UFSM), e eu, a criação de uma revista mais profissional, organizada por uma lógica de comprometimento com o fluxo de uma revista científica. Com a experiência que carregava dos oito anos como editor associado na Educação e Realidade e minha experiência como autor e parecerista de diversas revistas, o processo foi relativamente fácil.

HR – E como funcionou esse início da revista? Como se criou a revista do zero, quais apoios estavam disponíveis e com o que vocês podiam contar?

GI – Nós organizamos os dois primeiros números a partir de convites a autores, enquanto também formávamos o Conselho Científico e lançávamos chamadas para artigos para o fluxo da revista. Outro componente que facilitou o momento inicial da *Presença* foi a estrutura da UFRGS, que já oferecia apoio para revistas, com um setor na Pró-reitora de Pesquisa cuidando dos periódicos, oferecendo treinamentos do sistema, disponibilizando bolsistas para fazerem a secretaria das revistas. O Programa de Pós-Graduação (PPG) Educação da UFRGS, no qual sou docente, também sempre ofereceu apoio financeiro, garantindo os pagamentos de revisores e dos serviços externos. Era um outro momento, um outro país, e os recursos não eram tão difíceis de acessar.

HR – A *Estudos da Presença* rapidamente se estabeleceu como uma publicação de referência da área. Como foi esse reconhecimento?

GI – Nós não pensávamos que o projeto teria uma receptividade tão boa, mas, quando os autores perceberam a organização da revista, passamos a receber grandes quantidades de submissões. Era também um momento em que a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) dos programas de pós-Graduação criava uma pressão para a publicação de artigos. Quanto mais textos recebemos, maior a possibilidade de ser

seletivo e escolher bons textos para publicações. Em 2014, já colhíamos os frutos e os downloads dos artigos e citações da revista em trabalhos de diversos âmbitos já eram significativos. Nos anos seguintes, passamos à indexação da revista no SciELO, o que nos possibilitou participar do edital do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq) para revistas, garantindo, por diversos anos, a verba para manter o processo editorial.

HR – E como foi o impacto do estabelecimento de um fluxo editorial dentro de um sistema diferente daquilo que existia de comum no campo?

GI – Desde o início, nos propusemos a uma clareza frente ao escopo da revista, o que parecia faltar em outras revistas na quais publicávamos como autores. Nosso foco seria divulgação de artigos resultados de pesquisa original. É um pensamento alinhado com a ideia de periódico científico – da Capes, dos indexadores, mas também mundialmente popular. A ideia de que a revista é o primeiro veículo de divulgação dos resultados de uma pesquisa¹. A maioria das revistas de hoje tem variabilidade de formatos e propostas. É possível publicar artigos, mas também outros tipos de texto, como ensaios, críticas, entrevistas. A *Presença* se propunha a publicar pesquisas originais e, portanto, no formato de artigo, o que foi um processo trabalhoso. Não havia hábito na nossa área de recebimento de pareceres e observação dos problemas de fundo dos textos sendo submetidos. Com isso, recebemos um tanto de respostas negativas e a revista foi percebida como elitista, como seletiva, como se fosse organizada para poucos. E, no entanto, o desejo era justamente sair desse lugar, que está ligado ao formato livro, com o editor que organiza os textos estabelecendo convites – modelo de organização que era dominante no momento da criação da revista, mas que já não é mais tendência. Hoje, já há um número significativo de revistas de Artes Cênicas que realizam avaliação por pares, o que ajuda a qualificar a pesquisa da área.

Nesse sentido, a *Estudos da Presença* teve um pioneirismo no campo, porque muitos colegas passaram pelo processo editorial como autores e como pareceristas e, assim, o processo passou a inspirar outros colegas,

¹ A importância do formato artigo é motivo de debate, sobretudo em comparação com a publicação em formato livro. Gil (2022) apresenta referências desse debate, mantendo a observação de que há apontamentos do artigo como gênero central das publicações científicas desde 1990.

que também realizavam o trabalho como editores. Começamos a trocar experiências também por intermédio da organização dos fóruns de editores, como o fórum da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (Abrace), mas também o Fórum de Editores de Artes, que congrega os editores de todas as áreas das Artes. Esses são espaços muito importantes para o contato e contaminação, nos quais ouvimos sobre as questões, fluxos e problemas de outras revistas.

HR – Atualmente, como funciona a estrutura da revista? Qual o tamanho da equipe, as funções e como se divide o trabalho dentro da revista?

GI – O trabalho de editoração é colossal, porque as equipes são muito reduzidas. Temos um editor-chefe, que sou eu, que acompanho todo o fluxo de trabalho, desde a realização das chamadas, a concepção do escopo da revista, passando pela chegada dos artigos submetidos, até a publicação e divulgação. Depois, temos editores associados, responsáveis pelo fluxo editorial e a tomada de decisão, que é o processo fundamental da editoração. Eu trabalho nessa função também, então, somos quatro editores associados aqui no Brasil, uma pra língua espanhola na Argentina, dois pra língua inglesa, sendo uma nos Estados Unidos e um na Inglaterra e uma pra língua francesa na França. Essas oito pessoas são responsáveis pelas decisões editoriais.

Nós temos um Conselho Científico que atua como parecerista, mas que aconselha e, também, faz sugestões de temas para novas chamadas e questões relevantes. Recorremos a uma extensa lista de pareceristas *ad hoc* convidados pontualmente para pareceres ao longo do ano. Depois, temos o pessoal técnico, com uma bolsista que realiza a secretaria da revista e contratos específicos para a revisão de língua portuguesa, para a diagramação, para a comparação das versões bilingues. Fora isso, ainda temos os tradutores e a empresa que faz a marcação XML, que é o trabalho técnico que culmina no envio dos artigos ao SciELO, indexador no qual ocorre a primeira aparição dos textos da revista.

HR – Financeiramente, como são os apoios que mantêm a revista funcionando?

GI – Desde que entramos no SciELO, em 2015/16, recebíamos todos os anos as verbas do edital do CNPq para periódicos, que tinha um tanto de

variabilidade nos recursos disponíveis, mas dava conta da manutenção da revista. Ganhamos novamente o edital agora em 2022, mas ficamos os dois últimos anos sem receber nada. Nessa ocasião, o PPG Educação da UFRGS sustentou a revista com recursos próprios, mas foi preciso fazer várias adaptações para esse novo momento. Entre elas, por exemplo, antes, recebíamos diretamente dos autores as versões traduzidas para o inglês e pagávamos por revisões bastante caras para garantir a qualidade dos textos em inglês, porém, como não temos mais o recurso para o pagamento dessa revisão, fizemos uma escolha de tradutores nativos do inglês, a partir da seleção realizada pelos nossos editores associados para língua inglesa. Assim, os autores precisam solicitar a tradução dos tradutores dessa lista, para garantirmos que o resultado final seja um artigo legível por leitores estrangeiros anglófonos. Fazemos essa publicação bilingue justamente para que as pesquisas se tornem acessíveis em mais países e para mais pesquisadores, mas, se o texto tem um entrave na tradução, ele deixa de ser considerado e usado por um leitor anglófono.

HR – As revistas acadêmicas passam a impressão de um segundo trabalho: são um desdobramento do trabalho de pessoas em funções acadêmicas, mas sem remuneração específica para isso. Existe remuneração nos trabalhos da revista, para além das empresas e serviços externos contratados?

GI – Não há salários na revista. Temos uma bolsista, que recebe bolsa por intermédio de um edital da Pró-Reitora de Pesquisa da UFRGS, num programa de apoio às revistas e, portanto, não é custeada pela verba da revista. Revistas de grandes associações, por exemplo, as da área da Saúde, às vezes, podem ter equipe assalariada, mas, na maioria dos casos e, notavelmente nas Artes, isso não se aplica.

HR – O que isso significa com relação à carga horária dos editores, que congregam carga de ensino na Graduação, na pós-Graduação, grupos de pesquisa, funções acadêmicas, para além da revista?²

GI – Em alguns períodos, metade do meu tempo na universidade é dedicado à revista. Em semestres de muitos encargos, por exemplo, na Graduação, é complicado, e o trabalho para a revista acaba se desenvolvendo no final de semana, à noite, nos horários em que não deveríamos estar trabalhando. O modelo de revistas universitárias do Brasil não é pensado pela profissionalização e independência. É um modelo de projeto individual e não de projeto institucional, por mais institucionalizada que uma revista possa ser, com todos os apoios que algumas universidades, como a UFRGS oferecem. Percebemos um tanto dessa disparidade dentro das trocas nos Fóruns de Editores. Há universidades que não dão suporte nem para o sistema eletrônico que alimenta as revistas, mas, mesmo quando há grandes apoios da universidade, o trabalho editorial continua como um projeto individual. E, com isso, existe um risco permanente de descontinuidade, porque o trabalho dos editores não é institucionalizado. É um pouco do que vimos no ano passado, quando a *Sala Preta* parou as atividades. Quando alguém ligado à revista por projeto individual não dá mais conta de manter essa atividade paralelamente às demais obrigações, a revista tem risco de fechar. Não há continuidade porque a função de editor não está institucionalizada.

Não há uma profissionalização dos editores, o que começa com a discussão da formação. Durante os estudos, num Doutorado, por exemplo, não se ensina a ser editor³. Antes, não se ensinava nem a ser autor, mas hoje isso se

2 Em carta aberta produzida durante o III Fórum Nacional de Editores de Periódicos da Área de Artes (FNEPA), em maio de 2021, os editores reunidos manifestam a importância da manutenção dos editais de financiamento para revistas, mas demandando também maior valorização no currículo Lattes de funções ligadas ao fluxo editorial, como editores associados, editor-chefe, avaliadores/pareceristas. Dirigindo-se às universidades, demandam a valorização concreta do trabalho editorial, com a contagem de 10 horas/aula no plano de Ocupação Docente de editores-chefes, avaliação e pontuação de todas as funções editoriais em Planos de Carreira de docentes, bem como nos concursos, além de destacarem a necessidade de apoio dos próprios PPG às revistas, e das bibliotecas e portais de periódicos aos sistemas e processos técnicos da editoração (FNEPA, 2021). Os editores e representantes de entidades do Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes fazem coro às solicitações em carta publicada em setembro de 2021 (FCHSSALLA, 2021).

3 Além do aprendizado das práticas editoriais, a editoria das revistas, desde a passagem para formatos digitais de publicação, passou a agregar dificuldades de ordem técnica e

atualizou um pouco. O processo de publicação em um periódico faz parte de um ritual de iniciação acadêmica. A pesquisa tem um objetivo de reconhecimento na área e a publicação de um artigo te dá autoridade numa determinada área, ela mostra que os pares reconhecem o teu trabalho como um trabalho válido naquele campo de conhecimento. Trata-se de um ritual de pertencimento àquela área de conhecimento. É esse o carimbo que uma revista concede aos autores, o ingresso numa comunidade científica, que se dá pela defesa da tese e da dissertação, mas muito mais pelo reconhecimento dos trabalhos publicados. A revista é o ponto final da pesquisa, é o que permite dar reconhecimento para o pesquisador e veicular o conhecimento novo que está sendo produzido. Ela tem uma importância fundamental no processo de pesquisa, mas que não é ainda reconhecida amplamente na nossa área, as Artes Cênicas, e nas artes em geral. Dentro dessa estrutura sem profissionalização, o trabalho para a revista não é contabilizado na carreira. Editores não ganham horas de trabalho pela dedicação à revista, acumulando funções sem reconhecimento material. É por isso que a editoria se mantém como um projeto pessoal.

HR – E como esses projetos pessoais de editoração têm se integrado à área de Artes e à pós-Graduação?

GI – Na área das artes da cena, além do modelo de revista associado à edição de livros – o editor como organizador, escolhendo autores e conteúdo para compor a publicação –, existiu um outro processo, que foi o modelo de uma revista por programa. Durante os anos 2000 e fortemente nos 2010, tivemos uma expansão dos programas de pós-Graduação, que passaram de 30 pra 60 e poucos atualmente⁴. Nesse processo, se abriram muitas revistas, sobretudo nos novos programas. Algumas delas não continuaram, porquanto não havia artigos suficientes para todas as publicações. E, também, a partir de um efeito do sistema de avaliação Qualis⁵: quando se abre uma revista,

tecnológica que escapam drasticamente à formação dos sujeitos que assumem as funções editoriais, como assinalam Boas, Campos e Amaro (2021).

4 Em 2019, o Documento de Área de Artes da CAPES contabilizava 68 Programas de Pós-Graduação na Área, sendo 59 Programas Acadêmicos (25 em nível de Mestrado e 34 com cursos de Mestrado e Doutorado) e 9 Mestrados Profissionais (CAPES, 2019c).

5 A avaliação da Pós-Graduação no Brasil é atualmente realizada em eventos quadrienais. Os programas são divididos em 49 áreas temáticas, agregadas em 9 grandes áreas, que são avaliadas por critérios específicos, pontuados com índices variados. A avaliação da produção

ela ainda não tem avaliação e autores podem preferir não publicar nesses novos espaços pela incerteza da valorização da publicação, mas a restrição da quantidade de artigos também afeta a possibilidade da revista chegar a boas qualificações. Nesse sentido, o sistema de avaliação é muito perverso para se iniciar uma revista nova.

Dentro desse processo, aconteceu que a ideia de editor acabou se colando com a ideia de coordenador do programa de pós, o que fez com que várias revistas passassem a projetos editoriais de curto prazo, porque a coordenação pode ser trocada a cada dois anos. Mas a edição da revista não é um projeto de curto prazo, ela precisa ser um trabalho de longo prazo, de oito ou dez anos, senão, não há tempo de fazer o ciclo necessário: os quatro anos que você passa ali na revista são parte do tempo que você leva pra se formar como editor, então, se na sequência dessa formação você abandona a função, o caminho tem pouco proveito e é difícil desenvolver propostas mais elaboradas. Mas isso tem mudado com o tempo e já temos revistas bem mais consolidadas hoje do que tínhamos no início dos anos 2010. Nos últimos anos, começamos a ver também o surgimento de revistas com escopos específicos, não só as mais generalistas, que registram o avanço dos diversos campos temáticos da área, com direcionamento de suas publicações, habilitando a área em novos patamares.

HR – Sobre o fluxo editorial e o caminho entre a submissão de um artigo e a publicação do artigo, como isso se inicia?

GI – Esse é um caminho longo. Na verdade, o nosso fluxo editorial começa com uma chamada. Não convidamos ninguém para escrever na revista, porque consideramos que isso não é ético e é próprio de periódicos predatórios. É algo

intelectual é o item de maior impacto na avaliação geral dos PPG da área de artes, correspondendo a 35% do todo (CAPES, 2017). Também é o item de maior contenda: dentro do escopo de uma pesquisa de Doutorado, Vogel (2015) analisa manifestações críticas da comunidade acadêmica, dentro de artigos indexados em grandes indexadores, sobre os quesitos de avaliação da CAPES, observando que 70% das críticas estão ligadas à avaliação da produção intelectual, que é pontuada pelo sistema de Qualis Periódicos. O Qualis Periódicos classifica a produção de publicação em revistas desde a avaliação de 2007-2009, estratificando os periódicos em diferentes classes sendo a classe A1 a mais criteriosa. Desde 2018, o sistema de avaliação dos periódicos está em discussão para sua reestruturação, numa proposta de remoção da divisão de áreas dentro da avaliação de periódicos, que passariam a ter uma avaliação única, em vez de uma avaliação para cada área, implementada a partir de 2019.

que só acontece de fato no início de uma revista ou numa retomada de atividades, como a *Sala Preta* está vivendo nesse momento. A *Estudos da Presença* trabalha sempre com a recepção espontânea de artigos, então, o nosso fluxo começa induzindo essa recepção, por intermédio de chamadas. Podemos até convidar, eventualmente, pesquisadores renomados, mas será um convite para submeter um artigo para a avaliação e não para publicar simplesmente. Nós trabalhamos com fluxo contínuo, o que quer dizer que os autores podem enviar textos a qualquer momento para a revista. Essa é uma condição dos indexadores, inclusive: a revista não pode fechar para submissões, então, sempre podemos receber artigos de quaisquer áreas das Artes Cênicas e áreas afins. O processo começa com esse texto que tenta induzir a recepção de artigos – é a chamada. A partir dela, abrimos uma seção específica para um determinado tema e os pesquisadores passam a enviar textos para esse tema, especialmente, ou para a seção Outros Temas dentro do fluxo contínuo.

HR – E como opera o processo interno com os artigos que são submetidos?

GI – Os artigos são recebidos pela bolsista, que faz a nossa secretaria. Ela faz uma análise técnica, verificando se todos os elementos da submissão foram preenchidos, como títulos, palavras-chave, resumo, quantidades de caracteres etc. Ela identifica essas observações no texto e encaminha o texto para um dos editores associados ou para mim mesmo, a partir do idioma do envio original. O editor responsável recebe o texto, faz uma primeira leitura e toma a decisão de se o texto deve ou não passar pelo processo de avaliação por pares. No fluxo da *Estudos da Presença*, por volta de 50% dos textos recebidos vão ser rejeitados já nessa fase.

HR – Quais são as questões que levam a essa rejeição inicial do texto, antes do processo de avaliação por pares?

GI – As razões para um texto não ser aceito são muitas. Um texto pode ser enviado sem introdução, o que é bem comum na nossa área. Ao invés de começar o artigo introduzindo, dizendo qual é a pesquisa que deu origem ao artigo, qual o problema que está sendo enfrentado, qual a relação dessa pesquisa com as demais pesquisas anteriores na área, o texto já começa começando, como digo aos meus alunos, sem informações da origem da

pesquisa, da metodologia empregada, dos avanços acadêmicos nessa área até o momento – que são coisas características do formato artigo. O autor está tentando contribuir com um problema que é coletivo, e, com isso, existe uma concepção de pesquisa que vem junto com o artigo, que é um mau-entendimento de que a pesquisa é de um indivíduo, sendo que a pesquisa é, na verdade, algo coletivo. Muitos autores não consideram essa questão e apresentam artigos que não têm introdução, também acontece de faltar conclusão, o artigo só acaba, sem concluir, sem marcar aquilo que é a sua singularidade e como é que ele contribui para aquilo que a gente já sabe sobre o tema em questão. Além dessas questões, o artigo pode ter problemas de fundo de língua portuguesa, sérios demais para serem enviados para avaliação. O artigo também pode repetir demais aquilo que já se sabe sobre o tema, sem uma singularidade, sem trazer algo de novo para o tema, que é o objetivo que temos com a publicação.

Fora isso, podemos ter situações mais exageradas, que têm diminuído conforme o campo ganha hábito com esse formato de apresentação, mas que eram bem comuns no início da revista, como a submissão de artigos sem o tamanho mínimo, só de duas páginas, por exemplo; artigos que não tem referências bibliográficas; artigos que o título apresenta uma coisa, o resumo outra e o texto uma terceira. Isso acontece cada vez menos, mas ainda rejeitamos muitos artigos porque eles não levam em consideração a produção recente, dos últimos cinco anos, sob forma de artigo. Muitos artigos só citam livros, frequentemente de homens brancos, europeus e mortos, desconsiderando os comentadores desses filósofos e toda a contribuição que a área já realizou sobre esse pensamento. Aí, se percebe que a pesquisa não partiu de um estado da arte do conhecimento, levando em conta aquilo que a área já produziu sobre o assunto, o já-dito. Por exemplo, é comum recebermos artigos sobre presença que não consideram tudo o que a própria revista *Estudos da Presença* já publicou sobre o tema. Parece um tanto absurdo, mas é bem recorrente. A partir dessa observação, o editor envia um parecer curto sobre essa decisão, explicando de forma geral o problema que faz com que o artigo não possa ser considerado para avaliação no estado em que se encontra. Nossa intenção, desde esse início, é induzir a melhora da pesquisa. Acreditamos que esse retorno da revista sobre o artigo pode ajudar o pesquisador a reconfigurar sua pesquisa e desenvolvê-la. A revista tem sempre um

caráter didático, num certo sentido. Se esse não for o caso, o editor responsável passa para próxima fase do fluxo, que é a avaliação de pares.

HR – Como funciona o processo de avaliação por pares?

GI – A partir daquela primeira observação, o editor encaminha o artigo para dois colegas, preferencialmente que sejam de regiões do país diferentes daquela onde reside e trabalha o autor. Os textos são sempre avaliados por nativos da língua original da submissão. Essa fase talvez seja a mais complexa da revista, porque é muito difícil recebermos pareceres. E a segunda maior dificuldade é receber pareceres de qualidade. Se nos falta formação para escrita de artigos, também falta formação pra escrever pareceres. Metade dos pedidos de pareceres que enviamos não chegam a receber resposta. Da metade que responde, mesmo entre confirmações, às vezes o parecer nunca é entregue. Há, ainda, o caso de recebermos pareceres muito ruins; muito curtos ou que apenas dizendo se acredita que o texto deva ou não ser publicado. Há casos em o parecerista apenas faz a revisão de português, o que, pra nós, não é necessário, pois temos equipe qualificada para isso. A função primordial do parecerista de subsidiar com um olhar crítico a decisão editorial fica totalmente prejudicada. Precisamos (a revista e a área) que ele traga informações para subsidiar a decisão dos editores. Nós apenas vamos ficar seguros com nossas decisões a partir de pareceres bem elaborados, que discutam os artigos. Deveríamos ter uma formação nos Doutorados que trabalhasse isso. O formato que esperamos de um bom parecer inclui um resumo do conteúdo do artigo, seguido de uma argumentação em prol de uma reformulação, de uma rejeição ou de uma aceitação. Isso precisa ser acompanhado de exemplos do artigo sendo avaliado, mostrando os problemas e dificuldades do texto. Ao fim do parecer, parecerista precisa apontar a sugestão da reformulação, indicando os pontos a serem retrabalhados; ou da rejeição, indicando porque os problemas do texto impedem a publicação nesse momento; ou, então, da aceitação. Muitos colegas têm receio de rejeitar artigos e acabam não fazendo as indicações dos problemas e remetendo a decisão à revista, porém, os pareceristas são escolhidos justamente por serem especialistas de suas áreas e, por isso, a revista pergunta a eles a opinião, para poder tomar a decisão editorial de modo qualificado.

HR – Como se dá a decisão editorial?

GI – Usamos os dois pareceres distintos para basear a decisão, mas, às vezes, é preciso pedir um terceiro parecer ou debater entre os editores, para se chegar a uma decisão. O resultado dessa decisão pode ser a aceitação, a aceitação com reformulações ou a rejeição. A maioria avassaladora dos artigos passa por pedidos de reformulação, raramente um artigo é aceito direto, dá para contar nos dedos as ocasiões em que isso aconteceu. A reformulação pode ser desde um ajuste na estrutura do resumo, que é um espaço problemático na nossa área, até modificações de texto, formato, organização.

HR – A partir da decisão, então, os autores vão retrabalhar os artigos?

GI – Sim. O autor é notificado da decisão e recebe todas as indicações do que é necessário alterar, recebendo um prazo pra entrega da nova versão. A nova versão vai ser analisada pelo editor responsável que estava acompanhando o processo, para ver se todos os ajustes pedidos foram feitos. Caso algo não tenha sido resolvido, o editor ainda pode pedir mais reformulações, mas normalmente os autores fazem todos os ajustes solicitados na primeira reformulação. Uma vez satisfeito, o editor vai registrar a decisão de publicação do artigo e, então, se encerra o trabalho editorial. O editor não tem mais contato com o artigo, que desaparece da lista de trabalho dele e passa pra outro setor.

Nesse momento, o artigo vai ser recebido por um revisor do idioma da submissão, que vai fazer sugestões de revisão, padronizar a apresentação de certos dados da revista, vai pedir as informações pessoais do autor, vai incluir o nome do editor que acompanhou o fluxo, vai registrar as datas de submissão e aceite e vai encaminhar o texto para o autor para confirmar todas essas alterações e correções. Uma vez finalizado, o texto vai ser encaminhado para o editor-chefe, que vai solicitar a versão em língua inglesa para um prazo de 30 dias, ou enviar para a tradução para o português, no caso de artigos originalmente enviados em outros idiomas. Quando essa nova versão é recebida, ela passa de novo pela revisão. Então, o artigo vai ser diagramado e enviado pra empresa que faz a marcação XML e é a própria empresa que envia o artigo para o SciELO. Isso tudo nós fazemos em fluxo contínuo. Quando um artigo fica pronto, ele já é publicado no SciELO. A cada vez que terminamos todos os artigos ligados a um número, fazemos o lançamento, organizando no site da

revista esse sumário e lançando a capa, mas os artigos já estavam há mais tempo à disposição dos leitores, desde o momento em que foram finalizados.

HR – E como fica a sobreposição das etapas de trabalho, dentro desse fluxo contínuo?

GI – Normalmente, temos uma chamada em aberto, um grupo de artigos sendo avaliados, um grupo de artigos sendo traduzidos e revisados e um grupo de artigos já publicados do que vem a ser o próximo número. Trabalhamos nesse fluxo contínuo porque não tem como trabalhar com um pacote fechado, de número a número. É uma estrutura de fábrica, operando continuamente.

HR – Em estrutura de tempo, quanto demora um processo inteiro desse fluxo?

GI – São normalmente oito meses para um número. Por exemplo, lançamos uma chamada em fevereiro de 2022, aberta até o final de abril, e esse número será publicado como o primeiro número de 2023. São três meses do tempo da chamada para envio de textos, mais oito meses de trabalho editorial e nós não trabalhamos com os artigos relativos à chamada antes de ela se encerrar. Os artigos de outros temas são operados em fluxo contínuo, mas recebemos poucos artigos nesse sistema. Muita gente acredita que só pode submeter textos quando existe chamada específica, não sabendo que uma boa revista opera com fluxo contínuo. Inclusive, atualmente, é uma tendência para algumas revistas parar de publicar números, só organizando um volume, que vai sendo publicado em blocos a cada seção pronta, ao longo do ano, num sistema contínuo⁶.

HR – Qual o volume de submissões com que a revista trabalha?

GI – Os últimos anos e a situação da pandemia alteraram drasticamente o volume de submissões. Até 2019, recebíamos entre 250 e 400 artigos por

⁶ Tendência em diversos campos, a publicação contínua tem vantagens e desafios, destacados por Prieto e Petri (2018), que observam a agilidade da divulgação de pesquisas e o aumento da visibilidade do periódico, mas também o desafio do agrupamento dos textos em seções temáticas, da manutenção das contagens proporcionais dentro dos volumes (de autores externos ao programa da revista e autores estrangeiros), a não previsibilidade de execuções orçamentárias para serviços externos, e da administração e recursos financeiros e pessoais como um todo, mostrando que a passagem para o sistema de publicação contínua opera um desafio de gestão, ainda que traga benefícios de natureza de divulgação científica.

ano, e isso reduziu bastante, em decorrência da pandemia, mas também com relação à mudança de política da Capes. A Capes anunciou que a avaliação não se daria mais sobre a quantidade e a totalidade dos artigos publicados, o que pode ter induzido um outro tipo de pensamento, diminuindo a pressão contínua para produzir e enviar artigos para várias revistas e esperar que algum seja publicado. Em 2021, por exemplo, foram 219 artigos recebidos.

HR – Tem muita variação na adesão aos temas propostos? Tem temas de muito sucesso e outros que são abandonados pelos pesquisadores?

GI – Sim. Já tivemos até temas que nos empolgavam muito, mas não tiveram submissões. Com o tempo, aprendemos que, quanto mais grupos de pesquisa trabalham a temática da chamada, mais artigos são submetidos. Na época das Olimpíadas do Rio de Janeiro, lançamos um tema “As Olimpíadas como Performance”, mas recebemos algo como só quinze artigos. Ao inventar temas que gostaríamos que fossem publicados, às vezes, o que recebemos não é o conteúdo desejado, mas artigos que já estavam prontos e que os autores percebem que poderiam fazer encaixar, mais ou menos, na proposta da chamada. Isso é recorrente e bem perceptível. Já chegamos a receber mais de 120 artigos para uma chamada e muito poucos para outras chamadas. Nesse caso, é preciso um esforço pra encontrar quatro ou cinco pra formar uma seção.

HR – Qual o tamanho de uma seção para vocês? Quantos artigos são necessários para poder publicar?

GI – Fazemos seções a partir de quatro artigos e, normalmente, até oito. Mais do que isso, chamamos de dossiê, quando um número está inteiramente dedicado a esses tema. E mesmo nesses casos, tentamos parar em 10 artigos. O primeiro número de 2022, em que você colaborou entre os editores convidados, sobre dança, teve onze artigos publicados, mas o seguinte já voltou para nove. Normalmente, publicamos 40 artigos por ano, em quatro números de dez, mas esse número é dado a partir daquilo que cabe na nossa verba. Paramos de publicar outros formatos além de artigos na *Presença*, justamente porque isso significaria uma outra distribuição da verba ou redução do número de artigos, para garantir os valores pra editar esses outros textos.

Mesmo quando vemos a importância desses outros formatos, as decisões acabam guiadas pela nossa capacidade de trabalho e pela verba que temos.

HR – A *Presença* é a revista de maior avaliação da nossa área e é extremamente bem recebida pelos pares. Como foi o processo para chegar nessa maior avaliação e quais os desafios da manutenção dessa avaliação?

GI – A avaliação dos periódicos pela CAPES está muito ligada aos critérios dos indexadores internacionais. É deles que boa parte das diretrizes vêm. Quando a *Estudos da Presença* foi criada, já estávamos pensando nos padrões dos indexadores internacionais, com um objetivo de ingressar no SciELO, e, portanto, observando quais eram os critérios que o SciELO demandaria. Sabíamos, desde o início, por exemplo, que seria preciso passar de uma revista multilíngue para uma revista bilingue. Antes mesmo de ingressarmos no SciELO, já tínhamos atingido o estrato A1 de classificação. Tivemos uma primeira classificação como A2 e, na avaliação seguinte, já estávamos no A1, inclusive em outras áreas além das artes, quando a classificação por áreas existia. Isso acontece porque já estávamos alinhados com esses critérios. Sabíamos da necessidade de publicar a lista de pareceristas *ad hocs*, sabíamos que eles precisavam ser externos à instituição sede da revista, além de outros processos pra evitar a endogenia da revista⁷. Fomos nessa direção, buscando também uma internacionalização, frequentemente com um boca a boca nos congressos internacionais, levando folhetos da revista pra apresentar pros colegas, inclusive pra estimular submissões estrangeiras, o que ainda incentivamos com a publicação das chamadas para contribuições sendo feitas em três idiomas. Isso proporcionou à revista um espaço que outras revistas brasileiras não tinham. Ainda recebemos espontaneamente submissões de artigos da França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, muitos da Itália, Espanha, depois, em um momento, a revista se espalhou por Portugal e, como consequência, também passamos a receber algumas submissões de países lusófonos da África. Agora, temos novos desafios, como aumentar a quantidade de leitores e autores anglófonos, mas esse é um ponto que só vem com a entrada nos grandes indexadores desse ambiente, como a Scopus e a Web of Science.

⁷ Entre os critérios considerados em todas as áreas avaliadas pela Capes, a exogeneidade dos autores é o critério mais frequentemente presente (BOAS; CAMPOS; AMARO, 2021).

**HR – Atualmente, como o sistema de avaliação da Capes afeta a revista⁸?
Como ele tem pautado, ajudado, dificultado a situação?**

GI – Nesse exato momento, ainda não sabemos. A Capes divulgou uma grande alteração do sistema de avaliação de periódicos e sabemos que ele não será mais como o Qualis que tínhamos antes, mas ainda não sabemos do que se trata agora. Sempre estivemos atentos aos critérios de avaliação, mas estávamos, desde o começo, preocupados com os critérios dos indexadores, que são mais rigorosos do que os sistemas de avaliação dos programas de pós-Graduação brasileiros. Por consequência, sempre conseguimos estar dentro daquilo que é esperado da avaliação da Capes. Não à toa, somos a única revista da América Latina no SciELO na área de Artes Cênicas. Falta uma visão da área para avançar o universo das revistas com condições de entrar nesses indexadores, o que traria um aporte melhor para a área como um todo. Como somos a única revista de Artes Cênicas na plataforma, o número de citações que recebemos dentro da plataforma é muito pequeno e restrito a citações em outras áreas, o que seria diferente se tivéssemos outras revistas ali conosco. Isso reforça o aspecto de sistema coletivo de divulgação das revistas acadêmicas. É o conjunto das publicações que faz a área avançar. Precisaríamos de uma liderança, a partir das nossas associações para avançar isso. Hoje, talvez precisássemos de um portal de revistas, de um indexador de revistas específico para a área de Artes, que pudesse qualificar as revistas por intermédio dessa política de indução, indicando quais os critérios necessários para as revistas de adequarem ao indexador, o que pode ser feito com critérios mais simples a princípio, depois aumentando e profissionalizando o trabalho das revistas.

8 O sistema empregado funciona em duas mãos: “os autores são avaliados no ciclo da comunicação efetiva pelos artigos que publicam, mas os periódicos, como veículo que disseminam esses artigos, também são avaliados” (OLIVEIRA, 2017, p. 43). A avaliação dos artigos publicados dentro dos PPG se dá quantitativamente, com a mensuração dos artigos publicados e, qualitativamente, através de um índice que é atribuído não aos artigos, mas sim aos periódicos nos quais os mesmos estão publicados. Todos os artigos publicados em um periódico de avaliação A1, como é o caso da *Revista Brasileira de Estudos da Presença* contam com a avaliação A1 em sua qualidade (CAPES, 2019b). O sistema de avaliação, e mesmo seus resultados positivos, também produz outras dificuldades, porque, ao aumentar a visibilidade da revista, aumenta também a quantidade de submissões recebidas pela mesma (PONCE *et al.*, 2017), dificultando a manutenção dos prazos de análise e publicação dos textos e demandando maior dedicação do corpo editorial.

HR – Tem várias questões em aberto com o novo sistema de avaliação, por causa da falta de informações sobre como vão funcionar a partir de agora as avaliações dentro da proposta de um Qualis único. O último Qualis que foi realizado completo, no quadriênio 2013-2016, ainda segmentava as áreas, sendo que no seminário de meio de termo foi feito o anúncio que a nova avaliação passaria a considerar as revistas em uma lista única, não mais dividida por áreas do conhecimento, causando um tanto de questionamentos^{9,10}. Porém, ainda não temos a publicação oficial da avaliação do último quadriênio, então, não temos um posicionamento definido sobre o estado das avaliações das revistas. O que você vê de implicação na mudança do sistema de múltiplas áreas para uma avaliação única?

GI – Só teremos respostas sobre o novo sistema quando se publicar o resultado da avaliação do último quadriênio, que deveria ter sido publicado em 2021, mas foi embargado pelo Ministério Público e ainda está em discussão. No entanto, acho que a proposta de uma avaliação única é positiva. No sistema de avaliação por áreas, uma revista podia ter vários Qualis diferentes, desde C até A1, dependendo do impacto da revista em cada área. Esse sistema me parece um reflexo do tempo da publicação de revistas em papel. O Qualis por área vinha de uma ideia de que determinadas publicações circulavam mais em determinadas áreas,

9 A percepção acerca do novo Qualis, sobretudo posto que ele não tem diretrizes claramente estabelecidas, e mistura dados parciais oficiais, especulações, e elaborações, não é uniforme. Os coordenadores de áreas do colégio das Humanidades, publicam carta em 14 de outubro de 2020 à CAPES, com a defesa de que “a avaliação dos periódicos, ainda no quadriênio 2017-2020, reflita as produções da pós-Graduação brasileira a partir das características das áreas” (PEREZ, 2020, p. 6).

10 O Relatório do Qualis periódico de 2019 da área de Artes apresenta a lógica da nova estrutura de reclassificação dos periódicos a partir de uma lista única. Frente aos trabalhos produzidos na direção da sistematização dessa lista única, as áreas percebem a necessidade de reajustes, dadas suas particularidades. Por exemplo, o relatório da área de artes aponta a necessidade de corrigir os critérios gerais frente ao universo das publicações da área, porque as mesmas lidam com “ausência ou insuficiência de indicadores bibliométricos objetivos” (CAPES, 2019a, p. 1). Assim, no relatório de 2019, foram feitos ajustes a partir das tabelas de classificação produzidas pelo GT Qualis Periódicos (instituído pela Portaria 150, de 4 de julho de 2018), porque a primeira classificação levou os periódicos de Artes massivamente para o estrato mais baixo (74% das revistas receberam avaliação C, então). Com o reajuste, a partir de pesquisa de índice bibliométrico (h5 do Google Scholar), esse número cai para 33,7%. Pesquisas complementares avaliando especificamente a qualidade dos periódicos de artes a partir de critérios de práticas editoriais ofereceu uma nova classificação, em que os periódicos avaliados com C correspondem a 29,3 do todo, os avaliados no extrato B (entre B1 e B4), correspondem a 53,8%, e aqueles em A (entre A1 e A4) correspondem a 46,3% do todo, sendo que apenas 10% de todos os periódicos da área de artes receberiam a classificação A1 (CAPES, 2019a).

o que perdeu um tanto a lógica com a digitalização, posto que a circulação se dá pelos artigos e seus temas, independente do número completo das revistas em que estão publicados. Mesmo a leitura das revistas já não opera pelo todo de um número, mas pelo interesse específico de cada leitor em cada artigo publicado. No tempo da publicação em papel, a área de Artes teria mais dificuldade de encontrar um artigo, por exemplo, da área da Sociologia, o que faria com que as revistas dessa outra área tivessem menos importância na construção do conhecimento da nossa área. Mas, depois que as revistas se digitalizaram, isso perdeu o sentido, porque a pesquisa online sobre um tema traz resultados ligados diretamente ao assunto e não à revista na qual estão publicados. São concepções que, às vezes, levam 30 anos pra se estabelecer, mas que já estavam colocadas há mais tempo desde a migração para o digital.

HR – Quais são os próximos caminhos, as próximas inovações previstas para a *Estudos da Presença*?

GI – Já estávamos nos preparando e prevendo realizar em 2022 a migração para a Ciência Aberta, mas tivemos que adiar essa mudança por uma questão de ajuste do sistema que alimenta a revista. Tão logo estejamos à vontade com ele, poderemos retomar essa migração. Ciência Aberta é um movimento internacional que incentiva a abertura da pesquisa em todas suas partes. Durante a crise da pandemia, vimos muito isso funcionando na área da Saúde, mas, para nós, ainda é uma grande novidade. Fiz uma apresentação sobre isso no Fórum de Editores e a discussão impressiona a nossa área, que ainda está engatinhando no modelo de avaliação duplo-cego, por exemplo, e agora já tem um modelo diferente. Dentro da ideia de Ciência Aberta ou Pesquisa Aberta, a *Presença* vai passar a aceitar textos previamente publicados em repositórios *preprint*, que são repositórios de publicação antes da avaliação por pares, para uma publicação mais rápida. E isso significa uma alteração do nosso fluxo editorial, para poder aceitar textos de *preprint*, porque, com esse sistema, deixa de existir a possibilidade de avaliação duplo-cego. No duplo cego, o avaliador não sabe quem é o autor e o autor não sabe quem é o avaliador, porém, se o texto já está disponível em *preprint*, o autor já é conhecido. E, nesses casos, os nossos avaliadores poderão optar pela revelação ou não de seus nomes para os autores. Então, nesses casos,

as avaliações podem se dar em simples-cego (quando o avaliador sabe quem é o autor, mas o autor não sabe quem é o avaliador), ou de modo totalmente aberto (com todas as partes sendo declaradas). Isso é uma mudança de cultura muito forte, porque já temos dificuldade com pareceres anônimos, então, é fácil de imaginar a resistência que pode surgir a pareceres abertos. Essa mudança de paradigma é quase tão impactante quanto a mudança do papel para o digital.

Já fizemos várias mudanças com relação à Ciência Aberta, como a divulgação do nome dos editores nos próprios artigos, a exigência dos dados de interoperabilidade como o DOI e o ORCID, e, além de aceitar *preprint*, passaremos a incentivar os autores a usarem repositórios de dados para incluir todos os dados relevantes para o artigo, elevando o grau de divulgação e transparência possível a partir das normas éticas da pesquisa que deu origem ao artigo. Assim, tabelas, entrevistas, vídeos, áudios e outros materiais passam a ser disponibilizados em repositórios de dados, que poderão ser acessados só pelos editores, ou por editores e avaliadores, ou mesmo pelo leitor, dependendo do grau de disponibilidade que cada material tem. Isso também é uma mudança significativa de paradigma de pesquisa para a nossa área, porque a divulgação aberta demanda uma organização da própria pesquisa para que essa divulgação seja possível de maneira ética. Nos primeiros anos, vamos encaminhar isso como sugestão aos autores, para que daqui a algum tempo possa ser possível fazer exigência do depósito de dados, que trará mais visibilidade, mais autenticidade e maior transparência para as pesquisas.

HR – Esse sistema é algo que já se encontra internacionalmente na nossa área ou é uma novidade grande?

GI – Isso é uma novidade para praticamente todas as áreas do conhecimento, exceto a saúde, que já pratica isso há mais tempo. Agora, com a pressa da divulgação das pesquisas ligadas ao covid-19, a Saúde ampliou a publicação em *preprint*, mas o sistema é uma novidade completa para muitas áreas. Temos procurado revistas de Ciências Humanas que operem nesse sistema, mas é difícil de encontrar ainda. O SciELO tem incentivado bastante essa migração, porque ele aderiu a essa ideia de Ciência Aberta, tem oferecido formações e isso tem sido discutido nas reuniões anuais que temos com o indexador, com apresentação de casos, palestras etc.

HR – Encerrando, você tem mais alguma consideração sobre a importância das revistas e da publicação em revistas dentro da nossa área?

GI – Quero lembrar ainda da peculiaridade de mão dupla das revistas. Elas têm a possibilidade de publicar os resultados originais das pesquisas de forma qualificada, mas elas também induzem as pesquisas a se qualificarem. Quando damos o feedback aos autores, dizendo que um artigo não vai ser publicado por tais motivos como, por exemplo, uma desconsideração de publicação dos últimos 5 anos sobre a área, também operamos em outro sentido, porque passa a se supor que, na próxima submissão, o autor vai se atentar pra esse aspecto que antes lhe passava despercebido. É por isso que a avaliação das revistas tem também um caráter performativo: ela é indutora de boas práticas. A revista que realiza boas práticas de publicação induz boas práticas de pesquisa. Isso é o mais interessante que uma revista pode legar a uma área do conhecimento: a indução de boas práticas de pesquisa, por um conhecimento mais democrático, transparente e plural.

Referências bibliográficas

- BOAS, R. F. V.; CAMPOS, F. F.; AMARO, B. Análise dos critérios formais de qualidade editorial: a política de classificação de periódicos científicos a partir do Qualis Periódicos. **Revista Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 28-52, 2021.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relatório de Avaliação Quadrienal 2017**, Área de Artes. Brasília, DF: Capes, 2017.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relatório do Qualis Periódicos**, Área de Artes. Brasília, DF: Capes, 2019a.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Ficha de Avaliação da Produção Intelectual dos PPG**, Área de Artes. Brasília, DF: Capes, 2019b.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área**, Área de Artes. Brasília, DF: Capes, 2019c.
- FÓRUM DAS CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, SOCIAIS APLICADAS, LETRAS, LINGÜÍSTICA E ARTES. **Carta Aberta**. [S. / .], set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3K0GkHL>. Acesso em: 9 maio 2022.
- FÓRUM NACIONAL DE EDITORES DE PERIÓDICOS DA ÁREA DE ARTES. **Carta aberta**. [S. / .], 6 maio 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3was7Tb>. Acesso em: 9 maio 2022.

- GIL, B. **O cenário brasileiro de publicação de artigos científicos das Grandes Áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes em periódicos (inter)nacionais**: práticas, motivos, necessidades e estratégias. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2022.
- OLIVEIRA, C. C. V. **Qualidade dos periódicos científicos**: um modelo-síntese para avaliação com foco nos aspectos extrínsecos e intrínsecos indiretos da publicação. 2017. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- PEREZ, O. C. O novo Qualis Periódicos: possíveis diretrizes, impactos e resistências. **Novos Debates**, Brasília, DF, v. 6, n. 1-2, e6212, 2020. DOI: 10.48006/2358-0097-6212.
- PONCE, B. J. *et al.* Sobre a melhoria da produção e da avaliação de periódicos científicos no Brasil. **Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 97, p. 1032-1044, 2017. DOI: 10.1590/S0104-40362017002501032.
- PRIETO, R. G.; PETRI, É. Desafios e possibilidades da publicação contínua para o trabalho dos editores de periódicos científicos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e20184401001, 2018. DOI: 10.1590/S1517-970220184401001.
- VOGEL, M. J. M. **Avaliação da Pós-Graduação Brasileira**: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Recebido em 13/06/2022

Aprovado em 02/08/2022

Publicado em 18/10/2022